



2021 Balanço & Perspectivas

2022

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO 2021

O desempenho da economia brasileira no ano de 2021 foi positivo, principalmente do ponto de vista de flexibilização do controle da pandemia e seus impactos sobre a economia. A recuperação esperada ocorreu e o PIB retornou ao patamar pré-pandemia ainda no primeiro semestre. Na economia do Rio Grande do Sul, se verificou uma recuperação intensa da atividade, impulsionada pela melhora do quadro sanitário, mas também pela recuperação da produção agrícola. Esse resultado não ocorreu sem que houvesse muitos percalços pelo caminho: a atividade sofreu com a segunda onda de contágio em março, com uma inflação persistentemente elevada, com os impactos de uma crise hídrica, e com o colapso nas cadeias de fornecimento de diversos insumos e matérias-primas.

Como era esperado, a Indústria voltou a crescer em 2021. Contudo, após um início de ano de intensa atividade – a produção industrial brasileira e a gaúcha chegaram a estar, respectivamente, 3,7% e 8,4% acima do patamar pré-pandemia em janeiro – o setor entrou numa trajetória de desaceleração diante de todas as dificuldades apresentadas pelo cenário econômico.

No *front* externo, o crescimento da economia mundial deverá fechar 2021 em 5,6%, o maior avanço pós-recessão em 80 anos. Para 2022, a persistência maior que a esperada dos choques de oferta e da inflação deslocará a economia mundial para um ritmo de crescimento mais lento, de 4,5%. Porém, esse cenário de mais inflação e menos crescimento tem sinalizado a antecipação de um aperto simultâneo dos juros globais, desfavorável para os países emergentes. Nesse ambiente, a economia brasileira e gaúcha continuarão contando com um cenário positivo para as vendas externas. Por outro lado, os desafios de política monetária seguirão elevados, em especial no que tange à desinflação da economia.

Por sua vez, o mercado de trabalho brasileiro tem mostrado recuperação. A ocupação está cada vez mais próxima ao nível pré-pandemia e o País deverá ter mais de 2,6 milhões de vagas abertas com carteira assinada em 2021. Contudo, mesmo com a melhora no emprego, a renda real apresentou forte queda por conta do aumento da informalidade e da inflação.

De fato, a inflação foi o tema do ano, tanto pelos seus impactos nos custos de produção, quanto pela deterioração do poder de compra dos consumidores. O comportamento dos índices de preços no início do ano sinalizava um quadro já bem pressionado em alguns segmentos, principalmente por conta dos custos de matérias-primas e dos preços de *commodities*. Com a maior retomada da atividade, a inflação foi refletindo cada vez mais os diversos gargalos na oferta.

Em resposta ao aumento contínuo do nível de preços, a atuação da política monetária foi revista e um novo ciclo de alta da taxa Selic foi iniciado. A taxa de juros doméstica, que começou o ano em 2,00%, encerrará em 9,25%, configurando um dos ciclos mais intensos em curto período em mais de uma década.

Nesse sentido, é preciso destacar que o aperto monetário não tem contado com a contribuição da apreciação cambial como nos períodos passados, o que torna o custo de ajuste da política monetária ainda maior. Após encerrar 2020 como a moeda com terceiro pior desempenho no mundo, desvalorizada em 29% em relação ao Dólar, o Real se consolidou em 2021 como um fenômeno ímpar entre os seus pares, com depreciação adicional de 9%, totalizando uma desvalorização de 41% em dois anos. A principal razão desse desempenho é o reflexo dos diversos choques de incerteza fiscal que se acumularam e dominaram a dinâmica da moeda desde o ano passado. Inclusive, as consequências positivas de apreciação das contas externas e do aumento das taxas de juros, além da melhora da atividade, não foram suficientes para atenuar os efeitos perversos das peculiaridades que se instalaram no país.

No campo fiscal, apesar dos resultados recordes de arrecadação e a surpresa positiva em termos de resultado primário e relação dívida/PIB, as discussões estiveram, durante todo o segundo semestre, centradas no orçamento de 2022 e a possibilidade de descumprimento do Teto de Gastos, o que elevou o quadro de incertezas. Esse contexto certamente teve influência para sustentar a taxa de câmbio em patamares desvalorizados.

Diante desse quadro, apesar do patamar mais elevado da taxa de juros doméstica, que deverá alcançar 11,75% ao final de 2022, nossas expectativas para a inflação e para a taxa de câmbio estão sujeitas a um percurso desafiador em termos de instabilidade macroeconômica, dadas as sinalizações de política fiscal e dos ambientes externo e político. A inflação medida pelo IPCA deverá encerrar 2021 em 10,1% e a expectativa é de uma desaceleração para 5,8% no final de 2022, sendo que a convergência para o centro da meta (3,25%) só deverá ocorrer em 2023. Por sua vez, as expectativas para a taxa de câmbio no final de 2022 apontam para o patamar de R\$/US\$ 5,50. Contudo, é preciso destacar que essa variável será a primeira a refletir a percepção de aumento ou redução do risco eleitoral ao longo do ano.

Com relação ao Rio Grande do Sul, o ano de 2021 foi marcado por uma melhora das contas públicas do Estado. Assim como em nível nacional, a arrecadação de impostos, particularizada no ICMS, alcançou níveis históricos, tanto pela retomada da atividade, quanto pela inflação elevada, sobretudo de bens essenciais, como combustíveis e energia elétrica. O ano também foi marcado por importantes privatizações, como a da CEEE e a da Sulgás, e, principalmente, pelas discussões acerca das etapas da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No último dia do mês de novembro, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei que estabelece o Teto de Gastos do Estado, uma das etapas exigidas para adesão ao RRF. Vale ressaltar que essa é a única medida que possibilitará o Estado manter a sustentabilidade dos resultados fiscais a longo prazo, permitindo a retomada gradual do pagamento da dívida com União, bem como o retorno de fontes de financiamento.

Para 2022, a expectativa é de que a taxa de crescimento do PIB desacelere no Brasil e no Rio Grande do Sul, respondendo tanto aos menores estímulos fiscais – que tiveram parte dos seus efeitos ainda favorecendo a atividade nesse ano – quanto à política monetária bastante contracionista. Além disso, a taxa de desemprego elevada e a permanência das interrupções nas cadeias de fornecimento devem ajudar a diminuir o ritmo de crescimento. Assim, a expectativa é de uma criação de 614 mil empregos formais em âmbito nacional. Para a economia gaúcha, esperamos a geração de 29 mil postos de trabalho em 2022, sendo 9 mil na Indústria.

Do ponto de vista da pandemia, não descartamos que as novas variantes do coronavírus possam ter impactos sobre a economia mundial. Porém, tomamos como base que a atuação dos Governos Estadual e Federal será mais no sentido de criar medidas para incentivar a vacinação da população do que optar por fechamentos.

Nesse cenário, é projetado um crescimento do PIB de 4,6% para o Brasil em 2021 e 1,0% em 2022. A boa expectativa para a Agropecuária e seus efeitos de transbordamento não será suficiente para compensar uma dinâmica mais fraca dos demais setores. Ainda pesam contra um crescimento mais robusto os gargalos nas cadeias de fornecimento e a massa de renda real crescendo em ritmo menor. Dessa forma, projetamos que os riscos para a atividade são assimétricos para baixo, ou seja, os riscos de crescimento menor que o esperado são maiores que o caso oposto.

A sustentabilidade das contas públicas nacionais continuará sendo um tema de destaque e a projeção é de que o Setor Público Consolidado apresentará um déficit primário de 2,5% do PIB no fechamento de 2022. A dívida pública deve continuar se expandindo, com a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) chegando a 85,1% do PIB no próximo ano.

Para o Rio Grande do Sul, espera-se um avanço do PIB de 9,6% em 2021 e 1,6% em 2022. Para o PIB Industrial, a projeção é de um crescimento de 0,6% no próximo ano, puxado pela manutenção do cenário de retomada cíclica nos segmentos exportadores e aqueles associados à agricultura. Conforme os prognósticos do IBGE, as estimativas para a safra de grãos são positivas, principalmente na cultura do milho, o que ajuda a explicar a expectativa de maior crescimento para o Estado em comparação com o Brasil. Além disso, a perspectiva de uma melhor situação para a cadeia de veículos automotores no segundo semestre, juntamente com as interações da indústria com os setores de serviços deverão impulsionar o crescimento do PIB no ano.

Acesse o trabalho completo em:

www.fiergs.org.br/numeros-da-industria/balanco-economico-e-perspectivas



INTERNACIONAL

	PIB real (% a.a.)			Inflação (% a.a.)		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
MUNDO	-3,1	5,6	4,5	4,0	5,9	4,1
AVANÇADOS	-4,5	5,9	4,7	0,5	3,5	1,9
Estados Unidos	-3,4	5,6	3,7	1,6	5,1	2,6
Zona do euro	-6,3	5,2	4,3	-0,3	4,0	1,8
Alemanha	-4,6	3,1	4,6	-0,7	4,8	2,3
França	-8,0	6,3	3,9	-0,1	3,4	1,4
Itália	-8,9	5,8	4,2	-0,3	3,1	1,7
Espanha	-10,8	5,7	6,4	-0,5	5,3	1,4
Japão	-4,6	1,8	3,4	-0,9	0,9	0,4
Reino Unido	-9,8	6,9	4,7	0,5	4,0	3,3
Canadá	-5,3	5,7	4,9	0,8	5,0	2,2
EMERGENTES	-2,1	6,4	5,1	7,4	8,3	6,3
Ásia Emergente	-0,8	7,2	6,3	1,2	2,9	2,8
China	2,3	8,1	5,1	-0,3	2,0	2,2
Índia	-7,3	6,2	10,7	4,9	5,5	4,9
Europa emergente	-2,0	6,0	3,6	6,4	8,5	6,5
Rússia	-3,0	4,3	2,7	4,9	8,3	4,8
América Latina e Caribe	-7,0	6,3	3,0	6,3	9,7	6,9
Brasil*	-3,9	4,6	1,0	4,5	10,1	5,8
México	-8,3	5,9	3,3	3,2	6,5	3,5
Argentina	-9,9	7,5	2,5	36,1	55,0	25,0
Colômbia	-6,8	7,6	3,8	1,6	5,1	3,8
Chile	-5,8	11,0	2,5	2,9	5,9	4,1
Peru	-11,0	10,0	4,6	2,0	6,3	2,6
Equador	-7,8	2,8	3,5	-0,9	2,3	2,5
Bolívia	-8,8	5,0	4,0	0,7	1,0	1,8
Paraguai	-0,6	4,5	3,8	2,2	8,5	4,0
Uruguai	-5,9	3,1	3,2	9,4	7,5	6,6
Oriente Médio e Ásia Central	-2,1	6,4	5,1	12,5	10,3	7,7
África Subsaariana	-1,7	3,7	3,8	10,7	10,1	7,6
África do Sul	-6,4	5,2	1,9	3,2	5,0	4,5

Fontes: FMI. OCDE. *Previsão Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS.

BRASIL

	2020	2021*	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹			
Agropecuária	3,8	-0,3	4,8
Indústria	-3,4	5,1	0,9
Serviços	-4,3	4,8	0,8
Total	-3,9	4,6	1,0
Inflação (% a.a.)			
IGP-M	23,1	18,3	5,1
INPC	5,4	10,4	5,3
IPCA	4,5	10,1	5,8
Produção Física Industrial (% a.a.)			
Extrativa Mineral	-3,4	3,0	1,2
Transformação	-4,6	4,7	1,9
Indústria Total²	-4,5	4,7	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)			
Agropecuária	36,9	114,3	25,6
Indústria	149,2	660,7	157,8
Indústria de Transformação	47,7	417,1	109,7
Construção	98,0	205,4	37,3
Extrativa e SIUP ³	3,5	38,2	10,8
Serviços	-377,6	1.864,1	430,4
Total	-191,5	2.639,1	613,8
Taxa de desemprego (%)			
Fim do ano	14,2	11,9	11,8
Média do ano	13,8	13,4	12,3
Setor Externo (US\$ bilhões)			
Exportações	209,2	282,8	295,9
Importações	158,8	215,1	226,4
Balança Comercial	50,4	67,7	69,5
Moeda e Juros			
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	2,00	9,25	11,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁴	28,9	9,0	-3,0
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	5,20	5,65	5,50
Setor Público (% do PIB)			
Resultado Primário	-9,4	-0,6	-2,5
Juros Nominais	-4,2	-5,1	-6,1
Resultado Nominal	-13,6	-5,7	-8,6
Dívida Líquida do Setor Público	62,7	61,4	63,0
Dívida Bruta do Governo Geral	88,8	81,3	85,1

* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS.

¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado.

² Não considera a Construção Civil e o SIUP.

³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

⁴ Variação em relação ao final do período anterior.

RIO GRANDE DO SUL

	2020	2021*	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹			
Agropecuária	-29,6	57,7	6,3
Indústria	-5,8	6,8	0,6
Serviços	-4,8	4,5	1,3
Total	-7,0	9,6	1,6
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)			
Agropecuária	0,5	3,6	0,9
Indústria	-0,1	49,9	9,2
Indústria de Transformação	0,1	45,6	7,4
Construção	-0,2	3,8	1,4
Extrativa e SIUP ²	0,0	0,5	0,4
Serviços	-43,0	100,1	19,0
Total	-42,6	153,6	29,2
Taxa de desemprego (%)			
Fim do ano	8,6	7,9	7,6
Média do ano	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)			
Exportações	14,1	20,9	22,4
Industriais	10,5	13,9	15,1
Importações	7,6	11,9	12,8
Balança Comercial	6,5	9,0	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)			
	36,2	46,6	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)			
Faturamento real	-3,1	6,6	1,6
Compras industriais	-5,5	32,3	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	-4,6	8,3	0,3
Massa salarial real	-9,3	4,4	0,4
Emprego	-1,9	7,4	1,4
Horas trabalhadas na produção	-5,7	14,6	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	-4,8	13,0	1,7
Produção Física Industrial³ (% a.a.)	-5,5	6,3	1,0

* Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS.

¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado.

² SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

³ Não considera a Construção Civil e o SIUP.